



DOSSIÊ:

**RELAÇÕES DE
GÊNERO E
ESCRITA DA
HISTÓRIA**



MULHERES LATINO-AMERICANAS NO EXÍLIO UNIVERSALIDADE E ESPECIFICIDADE DE SUAS EXPERIÊNCIAS

Ângela Xavier de Brito
Centre de Recherche sur les Liens Sociaux (CERLIS)

Ana Vasquez
CNRS – Université René Descartes – Paris 5

Resumo

A problemática deste artigo está centrada na compreensão da experiência das mulheres exiladas, através da análise dos processos que ocorreram durante o tempo em que viviam fora de seu país. Se homens e mulheres atravessaram experiências similares na situação de exílio, as vivências específicas próprias a cada gênero fazem com que seus membros atribuam um sentido diferente a esses processos comuns. Evidencia-se assim, simultaneamente, a relação existente entre os elementos universais que caracterizam a experiência das mulheres no exílio, a especificidade feminina dentro do processo de “transculturização” e a conseqüente diversidade das trajetórias femininas que se forjam na situação de exílio.

Palavras-chave: gênero, exílio, experiência, feminismo.

Abstract

The main objective of this article is to understand the experience of exiled women through the analysis of the process they underwent in the period they lived outside their home country. If men and women did undergo many similar experiences in exile, the personal experiences particular to each gender make their members attribute a different sense to those common processes. These processes put simultaneously into evidence the relationship that exists between the universal elements that characterize women’s experience in exile, the feminine specificity throughout the “transculturation” process and the consequent diversity of women trajectories in the exile situation.

Key words: gender, exile, experience, feminism.

Este artigo procura compreender a experiência das mulheres exiladas, através da análise dos processos que ocorreram durante o tempo em que viviam fora de seu país. Se homens e mulheres atravessaram experiências similares na situação de exílio, as vivências específicas próprias a cada gênero fazem com que seus membros atribuam um sentido diferente a esses processos comuns. Assim, não se pode restituir a complexidade do exílio sem analisar a maneira específica pela qual as mulheres o vivem, pois, ainda que ambos os gêneros partilhem de um mesmo imaginário social, o sentido que as mulheres lhe emprestam como grupo social é bastante diferente do dos homens. No entanto, afirmar que as mulheres têm uma maneira específica de viver esses processos não faz delas um grupo homogêneo: mulheres pertencentes a diferentes grupos e frações sociais interpretam a vivência do exílio de maneiras por vezes diametralmente opostas, que também devemos analisar. Visamos então, neste texto, demonstrar simultaneamente a relação existente entre os elementos universais que caracterizam a experiência das mulheres no exílio, a especificidade feminina dentro do processo de “transculturação” e a conseqüente diversidade das trajetórias femininas que se forjam na situação de exílio. A análise da vida e das experiências das pessoas exiladas aqui apresentada se funda em um trabalho de campo desenvolvido entre 1975 e 1990 com uma população de homens e mulheres latino-americanos exilados originários da Argentina, do Brasil, do Chile e do Uruguai, vivendo na Europa, em sua maioria na França. Concebido em sua origem para aportar uma ajuda psicológica aos exilados que chegavam, esse trabalho assumiu posteriormente a forma de um programa de pesquisa interdisciplinar fundamentado na sociologia e na psicologia. Adotamos como método a abordagem etnográfica, com base na observação participante de indivíduos e grupos, efetuada sobretudo dentro das instituições organizadas pelas diferentes comunidades exiladas. Um dos maiores interesses do estudo é o fato de que a observação foi conduzida em tempo real, ou seja, as situações foram observadas na medida em que realmente se passavam, na medida em que iam sendo criadas e, conseqüentemente, modificadas. As numerosas entrevistas pessoais – algumas com objetivos terapêuticos – feitas ao longo desses anos permitiram um acesso privilegiado ao sentido que esses atores sociais emprestavam às suas próprias vivências. Na etapa final do trabalho, os resultados foram discutidos com vários grupos e indivíduos pertencentes a essas comunidades.

AS ETAPAS DO EXÍLIO: UMA PERSPECTIVA DIACRÔNICA

O arcabouço teórico que utilizamos foi forjado para facultar uma percepção diacrônica do exílio, pois era importante permitir a percepção das mudanças que indivíduos e grupos sofriam no decorrer do tempo. Isso afetou nossa defini-

ção do exílio, que deixa de ser medido apenas a partir do momento em que os exilados chegam no país anfitrião – momento visivelmente afetado pela tragédia e pela angústia – ou mesmo a partir de sua situação algum tempo depois que se instalam no exterior. É preciso ter em mente, em primeiro lugar, que as pessoas exiladas têm uma trajetória anterior, que vai determinar em grande parte sua inserção no novo país. É igualmente necessário acompanhá-los durante todo o tempo em que permanecem na sociedade anfitriã como refugiados políticos, observando suas transformações, pois a acumulação de tais incidentes pesa na memória coletiva e individual, influenciando a maneira pela qual os exilados se concebem a si próprios. Em outras palavras, a definição de exílio deve levar em conta a sucessão dos momentos que as pessoas exiladas atravessam, assim como as diferentes maneiras pelas quais elas reagem, através do tempo, aos novos padrões sociais e culturais. Todas essas situações devem ser integradas em uma interpretação ampla, de longo alcance, da situação de exílio.

No país anfitrião, os exilados – sejam eles brasileiros, argentinos, chilenos ou uruguaios – se encontram dispersos sob diferentes estatutos: refugiados políticos de direito, simples emigrantes, pessoas que se beneficiam do reagrupamento familiar, profissionais de diversas esferas, estudantes e até mesmo alguns bolsistas de seus respectivos Estados. Essa dispersão torna extremamente difícil qualquer tentativa de quantificação. Pode-se dizer que esses números sofrem sempre uma certa variação, em função das motivações políticas que ocultam. Ao contrário, a pesquisa qualitativa em diacronia permite analisar não apenas como eles chegaram no exílio, mas também o que eles se tornaram através do tempo. Analisado em uma perspectiva diacrônica, o exílio deixa de ser apenas uma situação pontual de perseguição, expulsão ou fuga – como é muitas vezes interpretado – para tornar-se um processo que leva à reconstrução da vida e da trajetória de cada pessoa. Sua análise deve, assim, revelar uma certa continuidade entre o que se passa antes da partida, durante o período passado fora do país natal e mais tarde, de novo em sua própria pátria, quando o retorno se torna possível. Esse arcabouço teórico nos permitiu distinguir diferentes fases na experiência de exílio – etapas concebidas como um modelo explicativo e utilizadas com as reservas e precauções habitualmente atribuídas a esse tipo de método –, cujas características passamos a descrever.

A primeira dessas etapas vai se caracterizar, sobretudo, pelos traumatismos causados pela violência da partida forçada e pelos efeitos de uma transplantação repentina e involuntária a um outro país, assim como pelos diferentes graus de elaboração da profunda ruptura causada pela proibição de retorno. Todos os países analisados sofreram golpes de Estado bastante violentos, nos quais os militares se apresentavam como “os redentores da pátria” vindo restabelecer a

democracia que os comunistas, infiltrados nos respectivos governos, tinham colocado em risco. Esse objetivo global justificava qualquer tipo de exação, inclusive a prisão ilegal e a tortura. Numerosos indivíduos foram assim presos, torturados, banidos, expulsos ou forçados a abandonar o país, tendo de buscar refúgio em outro lugar. Os sofrimentos físicos e morais que acompanham a partida são intensificados por um sentimento de culpa bastante complexo, que leva os exilados a utilizarem todo tipo de mecanismos de defesa, entre os quais o mais significativo é a recusa de viver no presente, que se acompanha de uma idealização de suas experiências anteriores ou, globalmente, do país natal como um todo.

Os exílios latino-americanos não se passam sob a égide de um engajamento internacionalista: cada comunidade nacional permanece centrada em sua própria realidade, lambendo suas próprias feridas, revivendo seu próprio passado, elaborando o luto das próprias esperanças abortadas. Nessa primeira etapa, há ainda uma recusa bastante unânime de entrar em contato com as pessoas ou as instituições do país anfitrião: os exilados vivem quase exclusivamente entre si, em um tipo de confinamento que os leva a conceber o tempo passado no exílio como uma espécie de vida provisória. Apenas alguns poucos militantes servem de interface com os franceses, como representantes de suas respectivas comunidades. “A comunidade nacional funciona como um envelope protetor, mais ou menos organizado, mais ou menos estável segundo os grupos [...]. Os laços comunitários ajudam o indivíduo a manter a continuidade de si nas situações de deslocamento espacial, onde ele se vê subitamente privado dos laços familiares, de amizade e profissionais, onde sofre a perda de sua identidade de *status*”.¹ A literatura especializada² mostra que tanto a emigração como o exílio trazem a perda dos recursos sociais e simbólicos. Acresce-se a isso o fato, descrito por nós e por outros autores³, de que essa etapa inaugura um processo de luto derivado do afastamento de parentes e amigos e da perda de um estilo de vida. As experiências dessa primeira fase são tão inerentes à situação de exílio que se pode dizer que marcam o conjunto da experiência no exterior.

O que caracteriza a segunda etapa é o processo de transculturação – que não pode ser resumido apenas como o aprendizado de uma nova língua ou de uma outra cultura. Esse processo é, na verdade, extremamente doloroso e conflituoso, na medida em que é permeado pelas contradições entre a cultura de origem – na qual os indivíduos foram socializados e se transformaram em pessoas – e a nova cultura, mais adequada às novas situações. Compelidos a se submeter às novas exigências locais, a mudar pouco a pouco seus códigos de relações sociais, os exilados têm o sentimento de que estão se afastando ou mesmo abandonando suas raízes culturais, o que não se faz sem dificuldade. Esse processo, que começa como uma prática instrumental, traz consigo mudanças bastante pro-

fundas, que colocam em questão não apenas os valores culturais e as maneiras de ser do indivíduo, mas afetam a totalidade de sua estrutura psicológica.

Com o passar do tempo, desenvolve-se uma terceira etapa, na qual os exilados se dão conta de que esse exílio, que eles concebiam como necessariamente curto, vai durar ainda muito tempo – quinze, vinte anos, talvez mais. Pouco a pouco, o processo de transculturação contribui a enfraquecer os laços comunitários e a abalar os mitos que o grupo exilado forjou para sobreviver. O nascimento de uma nova geração nascida e educada inteiramente na Europa vem quebrar sua homogeneidade. Novas regras e novas formas de organização são assim criadas, as estratégias coletivas e individuais se transformam, as idealizações que davam base às formas precedentes de organização se vêem colocadas em questão⁴, a criação de outras redes de sociabilidade faz com que a comunidade acabe se enfraquecendo e se decompondo. Nessa etapa, o “aqui e agora” assume maior importância do que o passado. A súbita perda dos engajamentos e das auto-representações que lhes davam coesão traz consigo o questionamento das identidades individuais, provocando uma espécie de crise permanente, até mesmo no plano individual, como veremos mais abaixo. Essa crise coloca em questão o próprio papel assumido pelos exilados latino-americanos no país anfitrião, sobretudo quando se prenuncia uma situação de abertura política que vai lhes possibilitar a volta ao país de origem.

Pode-se conceber ainda uma quarta e última etapa – o retorno –, que não será aprofundada neste trabalho por falta de estudos empíricos referentes à população feminina. É no contexto do mito da volta triunfal do herói que os exilados restauram sua força, a exemplo de Ulisses regressando a Ítaca. Durante as fases anteriores, as perseguições sofridas não impedem a idealização do país de origem e a exaltação – quando não a reinvenção – do passado coletivo. Os exilados não têm a menor dúvida de que o retorno se fará em curto prazo: impossível imaginar-se um exílio que dure mais do que dois ou três anos, na pior das hipóteses. “O exílio sem retorno [...] seria uma dupla derrota, como se os exilados concedessem a vitória definitiva àqueles que os baniram.”⁵ Sua linguagem está cheia de expressões como “o círculo deve ser completado”, “o parêntese deve ser fechado”, “a dívida deve ser paga”.⁶ Mas quando a possibilidade de retorno se anuncia na realidade, muita água já correu sob a ponte... Para alguns, o mito do retorno acaba mesmo se transformando em um eterno sonho de retorno.⁷

A maioria das pessoas exiladas passa por essas etapas, com variações individuais. Este artigo vai se centrar principalmente nas diferenças nas maneiras pelas quais homens e mulheres atravessam as diferentes fases do exílio.

ULISSES, UM MITO MASCULINO?

Os grupos humanos têm necessidade de criar mitos de forma a legitimar sua existência e manter a coesão entre seus membros.⁸ Por vezes, como sugere Jankelevitch⁹, os homens se apropriam dos traços mais fortes de certas lendas que crêem representativos de seus desejos mais profundos e de suas imagens de si, transformando-os em seus próprios mitos. Jankelevitch propõe o mito de Ulisses como símbolo e síntese da experiência pessoal do exílio. Ele retém, sobretudo, dois de seus traços: a punição e a proibição de voltar. O exílio é assim representado como um castigo – a proibição de retornar – a uma falta indefinível, que pode parcialmente explicar por que, no nível inconsciente, o exílio é sempre vivido com um sentimento de culpa. Por sua vez, a proibição de voltar transforma o país de origem em um objeto ideal, em uma espécie de paraíso perdido. Alimentando-se de nostalgia, Ulisses não tenta voltar apenas a um certo espaço geográfico: ele quer, na verdade, retornar a uma Ítaca mítica, da qual ele era o rei, onde era reconhecido, respeitado e talvez mesmo amado. Nessa perspectiva, o mito fornece os meios para analisar a ambivalência do exilado com relação à sua vivência em um país estrangeiro. O sonho do retorno se mistura ao desejo inconsciente de reencontrar “seu tempo”, talvez mesmo de retornar à “sua juventude”. O tempo e a distância se confundem no desejo inconsciente: a oposição entre “presente” e “passado” se superpõe ao “aqui” e “lá”. Assim, de maneira inconsciente, o desejo de retornar que os exilados manifestam não implica apenas recuperar um território perdido, mas se refere igualmente ao desejo de fazer girar para trás as rodas da história.¹⁰

A maioria dos exilados se identifica com Ulisses: esse herói que, ao ser banido de seu reino, jamais abdica de seu desejo de regressar enquanto é condenado a dar a volta ao mundo – périplo que certamente apresenta muitos riscos, mas revela também muitos encantos. Como diz o poeta:

Mantém sempre Ítaca em tua mente. Chegar aí é teu objetivo último, mas não encurtes tua viagem: mais vale que ela dure muitos anos e que, enfim, tu abordes tua ilha quando já estiveres idoso, enriquecido por tudo o que adquiriste pelo caminho, sem esperar que Ítaca te enriqueça¹¹.

Porque as vivências do exílio vão conferir a Ulisses experiência e sabedoria. Quando finalmente retorna, ele vai recuperar não só seu *status* social, mas também o poder, e até mesmo sua mulher, que o espera, paciente e fiel, durante vinte anos.

A maioria dos trabalhos sobre o exílio apresenta esse fenômeno como se ambos os gêneros o vivessem de maneira indiferenciada, ou até mesmo como se

a maneira pela qual as mulheres o experimentam tivesse de ser subordinada à maneira masculina de vivenciá-lo, considerada universal. O mito fundador do exílio atribui maior importância ao herói masculino, reduzindo praticamente a zero o lugar da mulher. Na maneira corrente de interpretar o mito de Ulisses, os personagens femininos são, se não inteiramente esquecidos, sempre colocados em posição ancilar, em papel secundário. As mulheres da Odisséia vivem, em sua maioria, circunscritas em ilhas. Apesar dessa limitação, nenhuma se propõe a acompanhar Ulisses em sua jornada aventureira, a partilhar com ele os riscos e as lições: seu papel se limita a protegê-lo (Palas Atenas), a esperar por ele (Penélope), a retê-lo longe de casa (Calipso) ou mesmo a querer transformar sua natureza (Circe). Em sua devoção, a despeito de seus próprios anseios, elas o ajudam a concretizar seu desejo de voltar a seu país e reconquistar seu reino.

Dessa forma, o mito proposto por Jankelevitch como representativo do desejo profundo de todos os exilados é, na verdade, um mito marcado por uma visão de gênero que exclui as mulheres da viagem do exílio – essa viagem que simboliza a abertura para o mundo, a aquisição de saberes, o progresso interior. A questão que se coloca, então, é saber se as mulheres – que representam uma grande parcela dos exilados latino-americanos – se sentem efetivamente representadas pelo mito de Ulisses.

A ADESÃO AO MITO COMO PARTE DA DIMENSÃO UNIVERSAL

Durante a primeira etapa, no plano do imaginário, mulheres e homens interpretam o exílio de maneira bastante similar. O sentimento de identidade¹² que ambos os sexos manifestam está vinculado à solidariedade com os ideais partilhados pelo conjunto da comunidade exilada. As mulheres se sentem tão culpadas quanto os homens e desejam tanto quanto eles voltar ao país de origem. Como eles, elas vivem no presente, sonham com o retorno e desenvolvem uma representação idealizada do país natal. É certamente por fazer parte integrante da comunidade exilada – cuja organização se forja ao redor do país proibido, cuja forte influência se deve ao fato de que ela marca “ao menos uma maneira de ser comum a todos, uma maneira idêntica de experimentar o mundo”¹³ – que as mulheres são levadas a partilhar esse imaginário coletivo.

Será que eu poderia ter ficado no Brasil? Quanto mais penso sobre isso, mais cresce meu sentimento de culpa, diminuindo a felicidade de ter um emprego, de conhecer pessoas novas, de estar fazendo coisas. Cada vez que chegam notícias sobre a morte ou a prisão de um camarada, ao lado da revolta, existe sempre a culpa... Eu estou aqui, em segurança...¹⁴

No entanto, desde o início, as mulheres sentem que o mito não se adapta a elas, porque lhes é impossível identificar-se apenas como o complemento feminino do herói. Algumas, militantes, tendem a se identificar antes ao próprio herói, ou talvez a Circe, pois eram mulheres habituadas a controlar a própria vida, a ter um certo grau de autonomia com relação ao sexo oposto. Ao contrário de Penélope, a maioria das mulheres latino-americanas não ficou em casa esperando a volta do marido.¹⁵ Elas compartilharam sua viagem, seja em sua qualidade de acompanhantes do “herói reconhecido” (seu pai, seu marido, seu filho), seja porque tinham sido, elas mesmas, expulsas de seu país em função de uma atividade social e/ou de uma militância política que lhes era própria.

Assim, as mulheres exiladas compartilharam realmente com seus companheiros do sexo masculino, pelo menos na primeira etapa, as características essenciais do exílio: o sentimento de vida provisória, o encerramento em uma comunidade nacional, o luto, o forte engajamento moral com relação ao país proibido. Para nós, é justamente nessa imbricação entre o imaginário social coletivo e a vida cotidiana dessas mulheres que vamos encontrar a chave para interpretar as maneiras bastante específicas que as mulheres têm de se apropriar de suas vivências do exílio.

A ESPECIFICIDADE DA EXPERIÊNCIA FEMININA SE FUNDA NAS TAREFAS COTIDIANAS

Sejam elas mesmas militantes políticas, ou companheiras, mães ou filhas de homens exilados, essas mulheres partilham duas características: a maioria é originária das classes médias¹⁶; e quase todas têm uma dupla jornada de trabalho – que se transforma em tripla para aquelas que somam às tarefas domésticas e profissionais a participação em um partido ou em uma organização política.

As mulheres – sobretudo as que são militantes políticas – foram unânimes em falar, em suas entrevistas, sobre o grau inferior de consideração que a sociedade anfitriã lhes concedia. A imagem do herói era sobretudo atribuída aos homens, fazendo com que tivessem maior prestígio social, enquanto militantes políticos e intelectuais.¹⁷ Seu *status* de “chefe de família” contribuiu para fazer com que as redes de solidariedade lhes concedessem os melhores empregos, os auxílios financeiros mais importantes. Essas condições sociais lhes permitem recriar no exílio suas atividades políticas, enquanto as mulheres ficam reduzidas às tarefas “femininas” para as quais tinham sido socializadas: alimentar, vestir, cuidar, criar os filhos. Muitas militantes políticas dizem que o período de exílio significou “retroceder dez anos em minha vida”¹⁸, na medida em que tiveram de reproduzir antigos padrões de comportamento dos quais pensavam ter-se livrado definitivamente. A reação instintiva das mulheres diante da sociedade de recepção é repe-

tir os valores da sociedade de origem: elas valorizam a estrutura familiar, aceitam que seu trabalho receba um papel secundário e seja sempre avaliado como uma atividade coadjuvante, e minoram seus projetos pessoais em benefício dos projetos familiares. Algumas mulheres casadas mantêm o *status* de subordinação a que estavam acostumadas. Enfim, todas elas vão ser obrigadas a retomar a responsabilidade das práticas mais cotidianas – práticas que já não mais exerciam no país de origem –, na medida em que se vêem repentinamente privadas da rede familiar e, para as que pertenciam às classes médias, também das empregadas que costumavam recrutar na América Latina.¹⁹ No exílio, são as mulheres que vão buscar um apartamento e um trabalho, matricular, levar e buscar as crianças na escola, se ocupar das gestões e dos papéis administrativos, gerir a casa, fazer compras etc. Sua condição de mulheres impede, de certa maneira, o reconhecimento de seu *status* político anterior, como revelam as entrevistas com as que eram militantes em seu país de origem.²⁰

Assim, pode-se dizer que no exílio havia, grosso modo, dois grandes grupos de mulheres: aquelas que já exerciam uma atividade política autônoma em seu país de origem e aquelas cuja única razão de partir em exílio era seguir o marido ou a família. Maricota da Silva diz que “jamais estaria aqui [no exílio] se não fosse mulher”²¹. Essa clivagem é interinada pela atitude das próprias mulheres exiladas, na medida em que as militantes menosprezam as que não participam da luta política. No entanto, a burocracia governamental de seus respectivos países de origem vai tratá-las em pé de igualdade, pois nega a ambas os direitos legais, como dispor de um passaporte.

As mulheres militantes aderem ao mito do grupo com maior facilidade. Não se deve esquecer que quase todos os exilados pertenciam a organizações de esquerda ou de extrema-esquerda, cujos instrumentos teóricos e prática política não permitiam, naquela época – nos anos 70 –, uma análise da condição feminina. A especificidade das mulheres não é levada em conta nesse contexto, ela é mesmo considerada um elemento de divisão da classe operária – opinião partilhada por numerosas mulheres. Dupla jornada de trabalho ou não, as mulheres militantes se identificam fortemente, em um primeiro momento, com a imagem masculina. Mas na medida em que tinham sido privadas de suas referências de identidade próprias, e não conseguiam reivindicar as que eram atribuídas socialmente aos homens, essas mulheres tinham uma maior propensão às crises de identidade.

No Brasil, eu costumava militar 24 horas por dia. De repente, cheguei num país estrangeiro e me perguntei, o que é que eu vou fazer? Como posso recomeçar minha carreira? Eu vivi um problema de identidade, que foi um processo bastante lento.

Esses últimos sete anos foram anos de questionamento permanente de minha vida.²²

É evidente que, embora essas mulheres partilhassem do imaginário coletivo, seu cotidiano não vai se estruturar da mesma maneira que o dos homens. Suas tarefas as compelem a assumir a vida de todo dia em uma outra cultura, sob condições que não lhes eram familiares. Ao ser privadas de seus *status* anteriores, elas se refugiam nos valores mais tradicionais de sua cultura. Até mesmo no que diz respeito à atuação no seio da comunidade, as diferenças são marcantes: enquanto os homens organizam debates intelectuais e fóruns de discussões militantes, as mulheres buscam manter a cultura do país no nível privado. Procuram falar a língua materna no lar, a base da alimentação cotidiana é constituída de produtos típicos e receitas do país de origem, em casa escuta-se música folclórica ou cantores nacionais. “Nunca comi tanta empanada como em Paris”, diz um homem entrevistado.²³ Elas mantêm esse viés na esfera pública, esforçando-se para criar ritos e instituições que contribuam para manter e/ou transmitir a seus filhos a cultura de origem, através de canções, jogos e brincadeiras pertencentes à cultura de seus respectivos países. No entanto, dão prova de um grau de reserva psicológica mais marcado que o dos homens, pois não deixam de ter uma certa clareza sobre o que se passava com elas.

O PROCESSO DE TRANSCULTURAÇÃO VAI APROFUNDAR AS DIFERENÇAS DE GÊNERO

Paradoxalmente, é o próprio exercício dessas tarefas cotidianas e comuns – fazer compras, criar e escolarizar os filhos – que vai dar início ou acelerar o processo de transculturação – e, dentro dele, o questionamento dessas mulheres sobre sua identidade feminina.

Tal processo se desenvolve de maneira sutil: começa com uma comparação implícita entre seu país de origem e o novo país. No início, a mitologia do grupo as leva a desvalorizar globalmente os hábitos e costumes do novo país. Mas seu papel feminino e materno favorece contatos mais freqüentes com outros adultos: comerciantes, professores, pais de outras crianças, outras mulheres francesas ou estrangeiras que partilham sua situação etc. Ao comparar entre si sua maneira de viver, elas acabam por reconhecer que existem outras formas de ser mulher. O aprofundamento do processo de transculturação as leva a compreender a relatividade dos códigos culturais. Contrariamente ao que deixa perceber a literatura sobre a influência das mulheres nos grupos em deslocamento, elas são freqüentemente as responsáveis pela abertura de sua comunidade às normas culturais da sociedade anfitriã.

Na verdade, os homens trilham caminho similar, mas sua evolução é bem mais lenta: há um abismo entre homens e mulheres com respeito à maneira pela qual apreendem a cultura do país anfitrião e, sobretudo, quanto à possibilidade de lançar um olhar crítico sobre seus próprios valores. Com efeito, as posições de poder que os homens detêm dentro do grupo exilado ajuda-os a suportar melhor a perda do *status* profissional, da prática política e o isolamento social, inerentes à condição de exílio. Isso é parcialmente explicado pela representação favorável que os homens desfrutam na sociedade anfitriã, que os identifica e valoriza como símbolos do herói destituído, como embaixadores das vítimas da tortura, como representantes dos movimentos de resistência contra as ditaduras. E, paradoxalmente, é o exercício desse papel que vai de alguma forma justificar sua falta de interesse pela sociedade anfitriã, sua subestimação da vida cotidiana, inclusive da necessidade de aprender a nova língua e de se abrir para novos relacionamentos sociais.

O fato de as mulheres terem menos expectativas, e desfrutarem de um *status* mais incerto, lhes dá uma abertura maior para que adquiram, ainda que com objetivo instrumental, os recursos intelectuais e econômicos disponíveis na nova sociedade.²⁴ Elas descobrem que são capazes de conceber seus próprios projetos: por exemplo, cursar uma universidade ou conseguir trabalho. Outras adquirem novos valores, como a autonomia, que as leva a tentar alterar a relação tradicional entre os gêneros dentro do casamento. Algumas delas descobrem que podem mesmo ganhar mais do que o marido, o que provoca no macho latino-americano um sentimento de desvalorização, uma ferida que seu narcisismo suporta com dificuldade.

Fiz tantas coisas aqui na França: mudei a orientação de meus estudos, me diplomei, me separei de meu marido, tive um filho... Mas a coisa mais importante do exílio foi a descoberta de ser mulher...²⁵

O PAPEL DO MOVIMENTO FEMINISTA DENTRO DO PROCESSO DE TRANSCULTURAÇÃO

É preciso ter em mente que a análise dessas comunidades latino-americanas no exílio tem particularmente como cenário a França, onde existiu, entre 1973 e 1980, um movimento feminista extremamente ativo – cujos efeitos continuam importantes, embora de maneira difusa, para a sociedade francesa em seu conjunto. Os marcos ideológicos e culturais das comunidades exiladas as levava a suspeitar desses movimentos feministas europeus, olhados como se constituíssem um desvio com relação à luta de classes, porque respondiam a outros interesses que aqueles levantados pelo contexto latino-americano. Por essa razão,

em uma primeira abordagem, as mulheres são levadas – em parte por medo, em parte pelo hábito de sempre se curvar às normas dominantes da comunidade exilada – a rejeitar o movimento feminista como um todo.

No início, eu costumava pensar que o movimento feminista era, de certa forma, uma coisa maluca que não tinha nada a ver com a vida real e que se compunha de mulheres alienadas. Eu tinha uma visão bastante crítica desse movimento, pensava que a tarefa mais importante era fazer como a gente fazia no Brasil, ou seja, incorporar mulheres na luta política dentro de uma perspectiva socialista.²⁶

A adesão ao movimento feminista que algumas mulheres exiladas fazem em uma etapa posterior apresenta uma dupla característica: começa a se manifestar na segunda etapa do exílio, como um aprofundamento do processo de transculturação; é, sobretudo, feita por aquelas que pertenciam a organizações políticas, no bojo de uma luta para conquistar uma certa margem de autonomia dentro de suas organizações que conduzisse ao reconhecimento da especificidade das mulheres.

Não foi fácil levar organizações de esquerda que adotavam uma versão vulgar do marxismo como quadro teórico ao reconhecimento da especificidade feminina. Isso envolveu muitas contradições, foi necessário muita luta. Estar no exílio – muito particularmente em sociedades como a francesa, cujas condições favoreciam a emergência do processo de conscientização – foi uma condição fundamental para que esse processo pudesse ser levado a cabo. O contato com outras mulheres que afirmavam suas diferenças e sua identidade coletiva fez com que as mulheres exiladas começassem a se interrogar sobre a própria percepção de si mesmas e do mundo. Permitiu a substituição de uma identidade fundada sobre os mitos globais do grupo – que, como dissemos, eram essencialmente masculinos – por uma outra identidade forjada nos aspectos coletivos da luta feminista.

Para a maioria de nós, a tomada de consciência feminista se deu aqui na França porque existia um movimento social que serviu de ponto de referência. Foi um processo coletivo de trocas de experiências com outras mulheres.²⁷

O papel do movimento feminista foi certamente muito importante. A adesão aos grupos feministas foi feita de maneiras diferentes, dependendo se as mulheres eram ou não membros de organizações políticas, mas também das características de cada organização. As militantes do Partido Comunista Brasileiro, como Zuleika, adotavam a noção de “trabalho feminino”, que as levava implicitamente a dar um papel menor às mulheres na luta revolucionária. Para elas, ado-

tar tudo o que implicava a noção de “feminismo” foi um processo bastante difícil, cujo primeiro impulso estava quase sempre ligado a acontecimentos traumáticos em suas vidas pessoais – como, por exemplo, um divórcio – que as ajudava a formular a mudança. As organizações políticas criadas mais recentemente, com uma tradição menor de luta de classes e compostas por uma proporção maior de intelectuais das classes médias, se dispuseram mais rapidamente a integrar a especificidade feminina à luta das minorias oprimidas. Certas organizações políticas brasileiras e chilenas criaram rapidamente um setor “feminista” que dispunha de uma autonomia relativa, onde as mulheres tinham um certo grau de liderança. Assim, as mulheres militantes puderam chegar a se definir como “feministas” dentro da comunidade latino-americana, reivindicando a parcela de autonomia que sempre lhes tinha sido negada. Elas começaram uma reflexão sobre sua vida cotidiana, sobre a separação artificial entre sua vida privada e a pública, sobre as relações de poder entre os gêneros na sociedade e sobre as raízes da sociedade patriarcal dentro da qual tinham sido criadas.²⁸ Essas práticas tiveram eco junto a todas as mulheres exiladas, aumentando seu reconhecimento, fazendo com que as mulheres feministas acabassem sendo aceitas como parceiros políticos integrais pelo conjunto da comunidade exilada e mesmo convidadas a integrar os fóruns coletivos de discussão em nome de sua própria especificidade.

No início, os objetivos que elas definiram eram sobretudo vinculados à situação política de seus próprios países: informações sobre a opressão social das mulheres, campanhas políticas pela libertação das companheiras presas etc. Mas a própria dinâmica do movimento levou-as a estabelecer contatos cada vez mais estreitos com o movimento feminista francês (grupos de mulheres de bairro, *Planning Familiar* etc.), contribuindo para a adoção progressiva de outros tipos de práticas – como a constituição de grupos de consciência, onde elas se misturavam com outras mulheres que não eram necessariamente exiladas, provenientes de outros itinerários de formação, de outras gerações. O grupo *Nosotras*, fundado por Danda Prado no início dos anos 70, em Paris, que congregava mulheres latino-americanas de todos os horizontes – intelectuais, donas-de-casa, estudantes –, é, nesse sentido, um precursor dos grupos feministas que intervêm em meados da mesma década.

Nossa experiência pessoal e nossas leituras permitem afirmar que todas as mulheres latino-americanas, qualquer que fosse sua nacionalidade, foram tocadas de alguma maneira pela vaga do feminismo na França. Podemos, no entanto, dizer que as comunidades nacionais estruturadas de maneira mais autoritária avançaram menos rapidamente em direção ao feminismo. As brasileiras foram as primeiras a se organizar independentemente dentro de um grupo proclamado de “feminista”. O *Círculo de Mulheres Brasileiras*, fundado em 1975, visava ao

aprofundamento da consciência de seus membros “sem perder de vista a estrutura global da sociedade”²⁹. O Círculo funcionava em dois níveis: grandes assembleias de mais de oitenta membros, cujas temáticas se aproximavam daquelas das organizações políticas; mas, sobretudo, pequenos “grupos de consciência” que se reuniam toda semana ou a cada quinze dias, onde os temas de discussão eram bem diferentes: relações conjugais, aborto, menstruação, relação com o corpo, entre outros. Um pouco mais tarde, no final de 1976, as mulheres chilenas também criaram suas estruturas feministas, que congregavam “por volta de uma centena de mulheres”³⁰ sem conotação militante. A composição de classe de cada comunidade exilada, assim como o grau de representatividade de suas organizações políticas, são a causa da penetração maior ou menor, mais ou menos acelerada, do feminismo em seu interior. Prova disso é a divergência entre as mulheres brasileiras – cujo Círculo já preconizava “a política do desejo”³¹ – e as demais mulheres latino-americanas (chilenas, uruguaias, argentinas, bolivianas), durante o grande encontro de mulheres latino-americanas intitulado *Parole aux Femmes de l’Amérique Latine*, realizado na Mutualité em março de 1976.

SIMILARIDADES DO PROCESSO GLOBAL, ESPECIFICIDADE DAS TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS

Apesar de terem sido submetidas às mesmas influências na nova sociedade, nem todas as mulheres empreenderam os mesmos caminhos. É na síntese entre seus dados biográficos e o duplo contexto doméstico e da sociedade anfitriã que podemos compreender essas diferentes trajetórias femininas.³²

Uma das conseqüências diretas do exílio foi, sem sombra de dúvida, o enfraquecimento dos laços matrimoniais. Ao levantar o véu da política que permeava sua relação, alguns casais militantes se viram um ao outro, face a face, pela primeira vez. Muitos deles não puderam suportar esse julgamento. Algumas das mulheres que sustentavam economicamente um marido inteiramente dedicado à causa revolucionária, e que achavam normal essa situação “porque ele era o militante político”³³, começaram a se interrogar sobre a legitimidade dessa situação quando ela se reproduziu no país anfitrião, a despeito da redução da importância da prática política que tinha dado origem a essa situação. Pois, como dissemos acima, os homens não tinham a menor vontade de participar de maneira mais ativa nas responsabilidades cotidianas: eles continuavam dedicados a uma prática revolucionária sem ligação imediata com o contexto onde viviam e velavam à preservação de sua antiga imagem. Como resultado da influência, direta ou difusa, do movimento feminista, um certo número de mulheres exiladas começou a colocar em questão a divisão tradicional do trabalho no seio de seus lares, sobretudo quando ambos os membros do casal tinham uma atividade profissional

e se consagravam ao trabalho político. Algumas decidem dar novas diretrizes à vida delas, estabelecendo uma nova relação dentro do casamento – quando possível, com o mesmo marido ou companheiro que tinham acompanhado no exílio; ou com um novo companheiro, da mesma ou de outra nacionalidade, com quem se unem já no exílio. Finalmente, raras são as pessoas que resistem ao processo de transculturação: sua ação sobre os homens foi muito importante, fazendo-os também mudar.

Engraçado como tudo muda... hoje em dia, meu marido não quer mais ser visto como um “macho” ultrapassado, ele divide muito mais as tarefas domésticas... A principal mudança se refere às crianças, ele aprendeu a gostar do contato com Nicolau e Cláudia... ele começou mesmo a desenvolver novos laços de ternura, cumplicidade e amor... Antes, ele jamais ousaria exprimir isso tão abertamente...³⁴

Outras mulheres puseram alegremente em prática projetos que jamais teriam tido coragem de realizar na América Latina: conciliar maternidade e carreira, viver sem um companheiro permanente sem se sentir inferiorizada, assumir orientações sexuais não conformes à norma, por exemplo. Tudo depende finalmente do equilíbrio que conseguem conquistar durante o período de exílio. As mulheres avaliam esse período de diferentes maneiras. Algumas, como uma mulher brasileira, constatam que “o exílio foi mais positivo do que negativo”, pois permitiu “preencher minha vida com um outro mundo”, adquirir novos valores, dar uma educação diferente aos filhos.³⁵ Uma militante política argentina disse que, para ela, o exílio tinha sido “um renascimento, onde pude redescobrir, ou até mesmo descobrir, o prazer”³⁶. Mesmo aquelas que têm uma visão mais negativa desse processo são levadas a reconhecer seu lado positivo: uma outra mulher brasileira disse que, mesmo que “o exílio [tenha sido] o pior castigo”, pois “destruiu mesmo os indivíduos”, “eu aprendi e amadureci muito, mesmo no que se refere ao Brasil, sobre o qual tenho hoje em dia uma visão muito mais crítica”.³⁷

As raras mulheres que não colocaram sua vida em questão no exílio foram aquelas que, como os homens, tinham um sentimento muito forte de que o exílio não passava de uma vida entre parênteses. Elas se recusaram a se aproveitar dos recursos locais e a mudar a vida delas em qualquer nível; se mantiveram confinadas dentro da comunidade exilada, aceitando de maneira passiva o *status* secundário que lhes era atribuído. Observamos o caso de uma militante política chilena que adotava diferentes estratégias para não assumir sua identidade feminina³⁸: ora se empenhava em uma luta agressiva para se impor como igual aos homens dentro da organização, ora valorizava única e exclusivamente a dimensão intelectual, negligenciando sua aparência física – o que tornou muito difícil

para ela a obtenção de um emprego na França. Fazemos a hipótese de que, para essa mulher, mesmo a aceitação dos critérios feministas em vigor na sociedade francesa implicaria “uma aceitação da dependência e uma perda de poder³⁹. Mas as trajetórias das mulheres não se limitam ao questionamento de fatos sociais objetivos. Muitas delas começam a questionar seus próprios valores individuais, a reconhecer sua capacidade de assumir o papel de indivíduos integrais na sociedade. Algumas reconhecem sua competência em organizar a vida cotidiana, em coordenar as tarefas domésticas – que elas sempre tiveram, sem ter consciência disso.

Durante anos, enquanto ele estudava sociologia na universidade e enquanto ele ia a reuniões políticas quatro dias na semana, era eu quem ganhava o dinheiro e eu quem tomava conta de nossa filha. Chega de toda essa hipocrisia! Eu estava realmente cheia disso! Eu me sentia capaz de viver sozinha e de criar minha filha sozinha. Na verdade, eu já estava fazendo isso há muito tempo...⁴⁰

Outras se permitem um grau de autonomia enquanto indivíduos que sempre se tinham negado ou tinham tido medo de assumir. Assim, elas começam a mudar não apenas as relações no seio do casal, mas também a relação que estabeleciam com a família extensa, essa superpoderosa instituição da sociedade latino-americana.

ABALADAS AS CERTEZAS, A VOLTA AO PAÍS DE ORIGEM PASSA A SER UMA ESCOLHA

Na medida em que o exílio se prolonga, homens e mulheres exilados vão progressivamente se integrando ao país de adoção e aos seus valores, por vezes até mesmo contra a própria vontade. Aumenta a proporção dos que fazem casamentos mistos com pessoas do país anfitrião, os filhos crescem e são socializados na língua e na cultura desse país. As fronteiras imaginárias do país de origem começam a se esfumar. Esse período coincide com o abalo das bases do “socialismo real”, que repercutiu sobre as certezas ideológicas dos militantes latino-americanos e não deixa de afetar igualmente seus projetos pessoais, até mesmo um projeto tão importante quanto o retorno ao país de origem. No entanto, é preciso não esquecer que a estada no exílio para cada comunidade nacional tem limites temporais diferentes. Quase todos os exilados brasileiros voltaram após a anistia política, proclamada em 1979; os argentinos começaram a voltar pouco tempo depois, nos anos 80. Já a escolha das outras comunidades não foi tão clara: se é verdade que havia uma aspiração comum ao retorno, cada indivíduo pôde decidir partir ou ficar na Europa, prolongando o processo de transculturação. Há, no entanto, uma grande distância entre o discurso moralizador que faziam sobre a necessidade de voltar e

sua decisão efetiva. Aqui também, as mulheres se comportaram diferentemente dos homens, manifestando sua especificidade.

O discurso feminino revela um certo tipo de lealdade à comunidade nacional: como os homens, elas sonham em voltar a seu país de origem. Mas mesmo quando concebida como um sonho, a decisão de retornar não é assim tão fácil, nem é tampouco um ponto isolado de um destino: é um processo entretecido em uma trajetória.⁴¹ As mulheres levantam questões referentes ao retorno que os homens não fazem. A palavra-chave do discurso feminino é “medo”. O que temem essas mulheres, e por quê? Em primeiro lugar, todas elas temem a influência irresistível da família patriarcal. Tendo se acostumado na Europa a um estilo de vida autônomo, temem a luta que terão de empreender para preservá-lo.

Eu tenho uma excelente relação com minha família mas acho que não quero mais viver com eles... e sei que estão esperando isso. Eles dizem: “A casa já está pronta, esperando você”. Tenho pensado muito nisso, não quero magoá-los...⁴²

Outras receiam não mais encontrar seu lugar na sociedade de origem, materialmente ou no plano simbólico. Elas indagam se serão capazes de encontrar empregos condizentes com suas competências e têm consciência dos limites impostos pelos laços de dependência tecidos no seio da família extensa ou da sociedade como um todo. Aquelas que pretendem “continuar sendo uma mulher divorciada” ou que gostariam de assumir publicamente sua homossexualidade temem o controle da sociedade, na medida em que serão levadas a desafiar poderosas normas sociais. Voltar e não ser capaz de encontrar seu lugar em sua própria pátria seria como se o exílio tivesse recomeçado, dessa vez no seio de seu próprio país de origem. O balanço feito por uma mulher brasileira seis meses depois de sua chegada ao Brasil é bastante cruel:

Como é que eu pude me enganar tanto, idealizar tanto as coisas?! Descobri que não há mais lugar para mim no Brasil... A gente quer viver em nosso país de origem mas a gente sente que nosso país não é aquele que realmente existe⁴³.

Last but not least, as mulheres tomam consciência da extensão de seu processo de mudança e se perguntam se seus conterrâneos terão evoluído no mesmo sentido. Elas temem que a volta possa significar o fim da estabilidade material, moral ou política que conquistaram a tão duras penas no exílio.

Temo não mais reconhecer as pessoas ali. Mudei bastante, e não sei se meus amigos mudaram também, temo que não mais me compreendam. Ah, tenho muito medo... e sinto também uma espécie de nostalgia... como se alguma coisa da qual eu

não poderia jamais me lembrar pertencesse definitivamente ao passado.⁴⁴

No entanto, ficar no exterior é também uma escolha muito difícil de assumir. As que resolveram nesse sentido enfatizam o lado temporário dessa decisão, usam uma série de argumentos para justificá-la. Algumas das mulheres que tomaram a decisão de “voltar” ficam indo e vindo entre o país de origem e o país de adoção por períodos mais ou menos longos. Elas podem ou não ter laços institucionais, podem ou não ser casadas com homens de nacionalidades européias, seus filhos ficaram ou não no país de adoção: essa atitude não é adotada em função de fatos concretos. Na verdade, essas idas e vindas mostram sobretudo a dificuldade de efetuar uma real escolha entre as duas sociedades. É extremamente interessante notar que esse comportamento é raramente encontrado entre os homens.

Os homens mostram aparentemente menos dúvidas, menos medo, no que se refere à rejeição social ou ao controle da família extensa. Mesmo se também mudaram, eles se sentem mais seguros da solidez de seu *status* social. O que os preocupa é sua reinserção profissional e política. As entrevistas feitas com aqueles que voltaram mostram que os homens têm realmente uma melhor reinserção na sociedade de origem. Apesar disso, esse fator não os impede de sofrer os efeitos da distância cultural que os anos de exílio desenvolveram entre eles e seu próprio país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentamos neste artigo captar a complexidade do exílio como fenômeno, incluindo nessa análise a especificidade das mulheres. Embora comuns à grande maioria da população exilada, as etapas que propusemos como quadro teórico são vividas diferentemente segundo as características sociais dos indivíduos, entre as quais o gênero exerce um papel preponderante. Esperamos ter conseguido demonstrar que a experiência de vida no exílio transformou tanto as mulheres como os homens, mas que a intensidade dessas transformações e a maneira pela qual essas mudanças estão intimamente ligadas às suas trajetórias de vida não são as mesmas. No entanto, enquanto atores coletivos ou individuais, as mulheres não podem ser percebidas fora do quadro mais geral das normas sociais, como um grupo à parte: é necessário sempre estabelecer uma comparação entre elas e os homens, mas igualmente no seio do grupo feminino, entre os diferentes grupos sociais que integram essa categoria de gênero.

Duas perguntas, pelo menos, permanecem, referentes ao processo de transculturação ao qual as mulheres latino-americanas foram submetidas no exílio. A primeira é ligada ao que acontece com as mudanças que sofreram quando no

exílio, no que se refere à sua personalidade, suas representações, suas atitudes e suas práticas. Como poderão aprofundá-las, ou simplesmente mantê-las, em sociedades ainda tão profundamente marcadas por algum tipo de “machismo”? Como fazer face à sociedade patriarcal na qual foram socializadas? Poderão essas influências ser de algum modo permanentes, serão essas mulheres capazes de transmiti-las a outras mulheres, particularmente às suas filhas – mas também a seus filhos?

A segunda coloca em questão as novas estruturas e as novas práticas que elas podem criar nesse contexto. De que espaço de manobra poderão dispor após seu retorno? Que arcabouço teórico poderá melhor convir à análise de sua prática atual? Afirmamos que não são iguais a Penélope, na medida em que ou-saram partir em exílio junto com seus parceiros masculinos e partilharam com eles essa realidade, ganhando saber e experiência. Poderíamos então compará-las a Circe, ou seja, a mulheres cujas práticas e cujo poder se destinam a alterar a própria natureza dos homens de quem se acercam, ou dos que interagem com elas? Em outras palavras, em que medida essas mulheres feministas serão capazes de alterar os rumos sociais das sociedades latino-americanas onde voltaram ou voltarão um dia a residir?

NOTAS

¹ XAVIER DE BRITO, A. Habitus et analyse du quotidien des personnes en déplacement. In: LAHLOU, M. (ed.). *Histoires familiales, identité, citoyenneté*. Lyon: L'interdisciplinaire, 2002. p. 55-70.

² Ver: ZÉROULOU, Z. La réussite scolaire des enfants d'immigrés. L'apport d'une approche en termes de mobilisation. *Revue française de sociologie*, v. XXIX, n. 3, p. 447-470, 1988; SAYAD, A. *L'immigration, ou les paradoxes de l'altérité*. Bruxelles: De Boeck Université, 1991; SAYAD, A. *La double absence*. Des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré. Préface de Pierre Bourdieu. Paris: Seuil, 1999 e XAVIER DE BRITO, A. *Op. cit.*

³ AMATI, S. Quelques réflexions sur la torture pour introduire une discussion psychanalytique. *IPSO Newsletter*, n. 2, 1977; BARUDY, J. Salud mental y exilio político. COLAT (Bruxelles), 1977; MUÑOZ, L. Exile as bereavement: social and psychological manifestations of Chilean exiles in Great Britain. *British journal of medical psychology*, n. 53, p. 227-232, 1980; VIGNAR, M. N. L'étranger. Actes du Colloque *L'étranger, crise-représentation*, Paris, Collectif Événements Psychanalyse, v. 1, p. 204-214, 1983.

⁴ VASQUEZ-BRONFMAN, A. La malédiction d'Ulysse. *Hermès*, n. 10, 1991. p. 215.

⁵ VASQUEZ, A. & XAVIER DE BRITO, A. La situation d'exil: essai de généralisation fondé sur l'exemple des réfugiés latino-américains. *Intercultures*, n. 21, n. spécial sur Stratégies d'adaptation, p. 51-66, avril 1994.

⁶ GAILLARD, A-M.. Retour, la quintessence d'un exil? *Accueillir*, n. 183, p. 14-20, mars-avril 1992.

⁷ XAVIER DE BRITO, A. Do sonho de retorno ao mito do retorno: o caso do ensino de português em uma escola secundária francesa. *Tópicos educacionais*, v. 12, n. 1-2, p. 7-22, 1994.

⁸ DE PREEZ, P. Myths and social individuals. Paper to the *International Conference on Self and Identity*, Cardiff, 1984.

⁹ JANKELEVITCH, V. *L'irréversible et la nostalgie*. Paris: Flammarion, 1974.

- ¹⁰ VASQUEZ, A. & XAVIER DE BRITO, A.. *Op. cit.*
- ¹¹ CAVAFY, C. *Présentation critique (1863-1933) suivie d'une traduction des Poèmes, par Marguerite Yourcenar et Constantin Dimaras*. Paris: Gallimard, 1978. p. 102.
- ¹² ERIKSON, E. H. *Adolescence et crise: la quête d'une identité*. Paris: Flammarion, 1972.
- ¹³ BOURDIEU, P. & SAYAD, A. *Le déracinement*. Paris: Minuit, 1964.
- ¹⁴ Entrevista com uma militante política brasileira. In: DA COSTA, A. *et al. Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- ¹⁵ SILVA, M. Estudio de mujeres exiliadas chilenas entre 17 y 45 años. *Chile-América*, n. 74 (Rome), 1981; XAVIER DE BRITO, A. Brazilian women in exile, the quest for an identity. In: ABASSI, J. & LUTJENS, C. (eds). *Rereading women in Latin America and the Caribbean. The political economy of gender*. New York: Oxford, Rowman & Littlefield Publishers, 2002. p. 294-310. [reeditado a partir de *Latin American Perspectives*, issue 49, v. 13, n. 2, spring 1986. p. 58-79]; KAY, D. *Chileans in exile*. Private strategies, public lives. Edinburgh: Bechhoff, 1987.
- ¹⁶ A título de exemplo, podemos citar que, das 28 mulheres que deram depoimentos para o livro *Memórias das mulheres no exílio* (1980), apenas quatro (menos de 15%) são de origem popular.
- ¹⁷ VASQUEZ, A. Des troubles d'identité chez les exilés. *Amériques Latines*, n. 12, 1982.
- ¹⁸ Entrevista com uma militante política brasileira. In: DA COSTA, A. *et al. Op. cit.* p. 416.
- ¹⁹ KAY, D. *Op. cit.*
- ²⁰ DA COSTA, A. *et al. Op. cit.*
- ²¹ *Ibidem*. p. 33.
- ²² Entrevista com uma militante política brasileira. *Ibidem*. p. 313.
- ²³ Entrevista não publicada com um militante chileno, 54 anos.
- ²⁴ CAMILLERI, C. Images de l'identité et ajustements culturels au Maghreb. *Peuples Méditerranéens*, n. 24, 1983.
- ²⁵ Entrevista com uma jovem argentina. VASQUEZ, A. & ARAUJO, A. M. *Exils latino-américains*. La malédiction d'Ulysse. Paris: L'Harmattan, 1990. p. 140.
- ²⁶ DA COSTA, A. *et al. Op. cit.* p. 31.
- ²⁷ *Ibidem*. p. 414.
- ²⁸ XAVIER DE BRITO, A. *Op. cit.*
- ²⁹ CÍRCULO DE MULHERES BRASILEIRAS DE PARIS. Editorial. *Boletim*, n. 1, p. 3, março de 1977.
- ³⁰ Entrevista não publicada com mulher chilena, militante, 73 anos.
- ³¹ Entrevista não publicada com mulher brasileira, militante, 64 anos.
- ³² VASQUEZ, A. Les mécanismes des stratégies identitaires: une perspective diachronique. In: CAMILLERI *et al. Stratégies identitaires*. Paris: PUF, 1990. p. 143-171.
- ³³ Entrevista não publicada com militante brasileira, 64 anos.
- ³⁴ Entrevista com militante argentina. VASQUEZ, A. & ARAUJO, A. M. *Op. cit.*
- ³⁵ DA COSTA, A. *et al. Op. cit.*
- ³⁶ VASQUEZ, A. & ARAUJO, A. M. *Op. cit.*
- ³⁷ DA COSTA, A. *et al. Op. cit.*
- ³⁸ VASQUEZ, A. *Op. cit.*
- ³⁹ REED, E. *Féminisme et anthropologie*. Paris: Denoël/Gonthier, 1979; ROWBOTHAM, S. *Féminisme et révolution*. Paris: Payot, 1980.
- ⁴⁰ Entrevista com mulher uruguaia. VASQUEZ, A. & ARAUJO, A. M. *Op. cit.*
- ⁴¹ XAVIER DE BRITO, A. *Construction de l'espace de formation et études à l'étranger*. Stratégies et "carrière morale" des étudiants brésiliens dans l'Université française, 1960-1986. Thèse de doctorat en Sociologie sous la direction de V. Isambert-Jamati, Université René Descartes-Paris 5, 1991.
- ⁴² Entrevista com mulher brasileira. DA COSTA, A. *et al. Op. cit.* p. 129.
- ⁴³ Entrevista com mulher brasileira. *Ibidem*. p. 260.
- ⁴⁴ Entrevista com mulher brasileira. *Ibidem*. p. 135.